

## **PLANEJAR PARA QUÊ?**

Umbelina Saraiva Alves

Cláudia Soares da Silva

Universidade Federal do Piauí – UFPI

**NIEPSEF**

ribamartorres@zibmail.com.br

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, em comparação com o que ocorre desde o homem primitivo até os dias atuais houve uma aceleração desenfreada no processo de desenvolvimento mundial. Essa mudança veio exigir cada vez mais a intensificação das relações humanas e a necessidade de se adquirir competências e habilidades que proporcionem ao ser humano o enfrentamento de situações que requerem Planejamento. Existe hoje em todos os setores da sociedade, uma intensa pressão para mudança, isso porque estamos passando por uma situação de instabilidade geral devido à rapidez em que as coisas acontecem. A instabilidade passa a ser a marca de nossos dias, a incerteza e a insegurança preponderam no início dessa nova era. Em todas as partes, em todos os campos da atividade, as pessoas buscam o “novo”, o diferente, formas alternativas de encontrar o diferencial. Essa corrida desenfreada por algo que não se conhece, dependendo da forma de buscá-la, poderá ter como resultado o encontro do caminho do sucesso ou insucesso. Ministrarmos uma aula de determinada área com o hábito de nos vangloriar de que nossa matéria é difícil e que os alunos têm que estudar muito para serem aprovados, passarmos muitos exercícios e complicarmos problemas para que os alunos falhem na resolução, faz parte de uma visão egoísta e de práticas de professores que sequer pensam que planejar exige o alcance de finalidades. Ao nosso ver, nós professores que ensinamos em busca do desenvolvimento de competências, não fazemos segredo sobre nossos objetivos e intenções, pois estamos convencidos de que ensinamos para que o aluno aprenda e avalie a sua aprendizagem. Convencidos disso, devemos conhecer bem os conteúdos pertinentes a nossa área de atuação, ter habilidades necessárias

para organizar o contexto de aprendizagem, registrando em nosso planejamento estratégias de ensino adequadas. Precisamos levar em conta os valores culturais de nosso grupo de alunos e nos dirigir a eles com uma linguagem clara, precisa e, ter capacidade de mobilizar recursos para abordar a situação complexa de ministrar uma aula. Na visão de ANTUNES (2002: 191), essa aula deve servir para mostrar o mundo ao aluno “não apenas para que o descortine, mas para que sobre o mesmo atue inventando meios e processos para se trabalhar os valores do pluralismo e da paz, da democracia e da compreensão mútua e solidária”. Elaborar planos é muito importante num processo de planejamento. Porém, mais importante que os planos é o processo de desencadeamento, que é imprescindível para GANDIN (1993 : 57) “hoje fala-se, em planejamento sem plano(s) o que é muito bonito e até funciona para quem domina muito bem a teoria do planejamento adquirida na prática”. O mesmo autor ainda defende que os planos são escritos para tornar mais eficientes e mais eficazes as nossas ações e que sem um processo de planejamento, estaremos tecendo uma rede em que só há os nós e nada que os ligue entre si. “ter um processo de planejamento sem plano(s) é correr risco de que a rede se desmanche por falta de pontos de ligação dos fios... No entanto, este mesmo autor afirma que nem todas as metodologias de elaboração de planos são responsáveis pela organização do processo de planejamento, pois com muitas metodologias mesmo que queiramos um processo organizado, terminaremos num amontoado de planos organizados entre si. Portanto, concorda que na realização de planos é primordial, o processo. O termo “Planejamento”, tem sido explicado por diferentes autores e compreendido de diversas formas segundo PADILHA (2002: 30-31): Apud (Azanha, 1993: 70-78) “O significado do termo Planejamento é muito ambíguo, mas no seu uso trivial ele compreende a idéia que sem um mínimo de conhecimento das condições existentes (...) nenhuma ação de mudança será eficaz e eficiente, ainda que haja clareza a respeito dos objetivos dessa ação...” Apud (Sobrinho, 1994:3) “ Planejamento é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, na busca da melhoria do sistema educacional...” Apud (MST, 1995:5) “Planejamento é um processo de tomada de decisões sobre a ação. Processo que num Planejamento coletivo (...) envolve busca de informações, elaboração de propostas, reuniões de

decisão, avaliação permanente...” Apud (Vasconcellos, 1995:43) “Planejamento é uma processo de reflexão, de tomada de decisão (...) enquanto processo, ele é permanente “. Apud (Martinez & Lahore, 1977:11) Planejamento é um “processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim alcançar objetivos concretos, em prazos determinados...” Apud (Coroacy, 1972:79) “Planejamento é um processo que se preocupa ‘para onde ir’ e ‘ quais as maneiras adequadas de chegar lá’. ” Diante dos conceitos acima citados, podemos analisar que por mais diferenciados, apresentam a preocupação de que a ação de Planejar significa lançar para frente, e que nessa ação é imprescindível reconhecer o passado, compreender o presente em função do futuro. Por isso, não pode ser uma ação qualquer, descontextualizada, sem a clareza de onde se quer chegar; porque Planejar deve ser uma ação consciente que articula fins e meios e não se contenta com a forma natural e improvisada em que as coisas se apresentam. Engels, num texto denominado.” A humanização do macaco pelo trabalho” após fazer uma análise do modo como ser humano se constituiu pela ação (trabalho), concluiu: “O animal apenas utiliza a natureza nela produzindo modificações somente por sua presença. O homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados.” Nesse caso, o ser humano interfere no meio ambiente não só devido ao fato de nele estar presente, tal qual os animais, mas de modificá-lo para buscar a satisfação das necessidades, que trazem em si a carência de saciá-las. Mesmo que muitas vezes os resultados dessa busca não sejam positivos, precisamos alcançá-los até que isso ocorra. Mas essa não deve ser a única preocupação, porque o fazer humano deve ir além da satisfação dessas carências, para que haja maior intencionalidade sobre o que se pretende fazer e assim não haja prejuízos. Como o próprio autor mostra, a ação do ser humano pode produzir efeitos benéficos e maléficos ao afirmar: “Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a natureza. A cada uma dessas vitórias ela exerce a sua vingança (...) não podemos dominar a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza”. Essas afirmações nos ajudam concordar com a conclusão a que chegou VEIGA (1997: 104) “nossa ação intencional não pode ser uma ação qualquer, mas sim uma ação que conduza a resultados

satisfatórios para o ser humano...” o que leva a entender que o indivíduo deve buscar o máximo de compreensão possível de suas atitudes, para que possa propor fins e meios mais sadios no que se refere aos efeitos imediatos e subsequentes. Isso nos remete a uma reflexão sobre o que afirma LUCKESI (2002 : 106), que enfatiza a não existência da atividade humana neutra, todas são axiologicamente definidas e que o humano não age sem fins independente de quais sejam e em que nível de consciência estejam. Defende ainda que na origem de toda conduta humana há uma escolha e essa precisa ser comprometida e se assentar em opções “filosófico-políticas” que servirão como estabelecedoras dos fins de uma determinada ação que subsidiará o ser humano no encaminhamento de suas ações na obtenção de resultados desejados. Sabemos que a escola não é uma instituição isolada da realidade social, por isso, seria função primordial conhecer a realidade que a rodeia para tornar mais fácil a elaboração de um Planejamento de ação em que esteja presente o “como fazer” e a própria “execução”. A ação do planejar realizada sob diversos âmbitos, seja num nível mais geral fora do espaço escolar, numa dimensão ampla ou específica dentro da escola, exige de nós um conhecimento seguro sobre o que desejamos e dos valores implícitos nas ações previstas. No decorrer deste artigo, nossa intenção quanto a abordagem do planejamento como temática não será a explicitação única de tipologias gerais ou específicas de planejamento. Trataremos fundamentalmente de discussões que nos levem a pensá-lo como uma ação humana não proporcionadora de resultados catastróficos, porém intencional, para que os futuros herdeiros da nação não sejam obrigados a pagar por atos irracionais e inconseqüentes.

## **DESENVOLVIMENTO**

Devemos considerar que o planejamento de ensino corresponde a um processo de tomada de decisões que leva a racionalização das atividades docentes e discentes, numa materialização de realizações concretas e contínuas, num ato cuidadoso de cair no mero formalismo improdutivo. O planejamento de ensino, não deve conformar apenas com a instância burocrática, formal, técnica e passiva; deve permear antes de qualquer

instância por uma dimensão política, VASCONCELOS (1995 :25) “já que envolve posicionamentos, opções, jogos de poder, compromisso com a reprodução ou transformação...” Num sentido mais específico o planejamento de ensino subdivide-se em três níveis: plano de curso, plano de unidade e plano de aula. O plano de curso corresponde a previsão global de todas as atividades realizadas pelo professor e alunos durante um período determinado. É traçado para ser executado pelo próprio professor que idealizou e pelo aluno que se apropriará do objeto de estudo, podendo ajudar a modificá-lo, caso seja preciso. Ainda caracteriza-se pela descrição geral da matéria a ser estudada, pela delimitação esclarecedora das temáticas, bibliografias e tempo de duração com esclarecimentos sobre o cronograma das lições e atividades a serem executadas durante o curso (anual, semestral, trimestral etc). É fundamental que o plano de curso traga em seu bojo os objetivos gerais e específicos, duração da disciplina, pré-requisitos da matéria, sistema de avaliação, esboço da disciplina e bibliografia que deve ser básica e complementar. É imprescindível que este não tenha modelo pronto e acabado. Quanto ao plano de unidade, configura-se como uma descrição mais específica do que um plano de curso. Enquanto o plano de curso nos dá uma visão panorâmica do todo, o plano de unidade nos mostra uma visão específica de uma parte desse todo. Essa modalidade de plano é subdividida em unidades temáticas de um modo seqüenciado e organizado contendo a duração correspondente a cada unidade no período letivo. Para a definição das unidades de cada área, recorreremos aos esclarecimentos de GIL (1994 : 37) “o professor cuidará para que estas sejam compreensivas e significativas. Compreensivas no sentido de serem constituídas de assuntos afins, que apresentem relação entre si. E significativas no sentido de serem úteis e funcionais para os alunos”. É necessário durante a realização, que formulemos cuidadosamente o conjunto de unidades para que haja facilidade de extrair dela os objetivos específicos, os métodos adequados e procedimentos correspondentes ao ensino. Para clarear tais unidades não podemos esquecer de observar o nível psicológico dos alunos, o sentido lógico do plano em si mesmo, a integração entre as informações e a idéia do todo organizado. O mais importante é a fase de consolidação que avalia cada tópico da unidade e fundamenta os conhecimentos e habilidades para iniciarmos uma nova unidade temática. E

por fim o plano de aula que caracterizado como uma modalidade mais específica, é um instrumento de trabalho realizado e criado pelo professor que especifica a realização de uma atividade pedagógica correspondente ao planejamento de uma aula. É complexa a atividade do professor de querer preparar cidadãos úteis para a sociedade. Para isso, as aulas necessitam de um planejamento que ultrapasse a visão de simples execução de tarefas mecânicas, sem sentido para a vida. O plano de aula precisa ser funcional e consistir numa operacionalização mais detalhada e objetiva do processo. Podemos afirmar a partir da fundamentação em MARTINS (1993 : 66), que plano de curso, plano de unidade e plano de aula estão intimamente relacionados entre si. O plano de curso envolve a previsão de todas as atividades a serem desenvolvidas durante um determinado período de tempo: bimestre, semestre ou ano. O plano de unidade corresponde a uma especificação maior das unidades que compõem o plano de curso e o plano de aula corresponde a caracterização dos níveis anteriores no dia-a-dia da sala de aula. Imaginemos agora uma forma de planejar: um indivíduo quer escalar uma montanha muito alta, ele contrata um instrutor para transmitir as informações teóricas sobre “o melhor caminho, onde pisar, a velocidade ideal para caminhar, alimentos que devem ser comidos, o melhor horário para descanso. Isso corresponde à orientação do “como fazer”. Em seguida, começa a jornada a ser percorrida pelo próprio interessado que executará a etapa do “fazer” propriamente dito. A partir desse instante o indivíduo já deverá estar preparado para escalar a montanha sem a ajuda do instrutor. É natural que as duas etapas “orientação e execução” se confundam, ele vai aprender com os erros cometidos e o tempo para chegar ao ponto mais alto da montanha, será maior. Se o indivíduo tiver tempo e paciência, tudo bem. Caso contrário desistirá antes de completar o percurso desejado. Por isso, a importância de se planejar, passo a passo, as ações a serem concretizadas como forma de ganhar tempo e assim alcançar o objetivo de forma eficiente e eficaz. Na prática do professor ocorre a mesma coisa. A orientação consiste em planejar as aulas. É o passo inicial e mínimo que o educador deve dar. No entanto, alguns insistem em não fazê-lo, outros acham que é perda de tempo e ainda há aqueles que falam: “Planejar pra quê? Nem pensar! Sou professor há dez anos, nunca planejei e minhas aulas saem divinamente bem, preciso ler outras

coisas”. Nesse contexto, é muito difícil imaginar quais os melhores caminhos a seguir quando se pretende formar sujeitos e decidir a conveniência de se ensinar esse ou aquele conteúdo, tendo em vista as necessidades que eles terão ou problemas que deverão enfrentar. Mais grave ainda, não estamos seguros sobre os valores, atitudes e comportamentos que deveriam ser estimulados para que esses sujeitos convivam com pessoas muito diferentes provindas das mais diversas raças e culturas, expressando-se em diversas línguas diferentes das suas, com idéias, crenças e religiões das mais variadas. Combinar todos esses ingredientes num único processo educativo que, pretende a um só tempo formar o homem e o cidadão, o ser individual capaz de se realizar como pessoa, o ser social que se identifica com o seu grupo realizando-se socialmente num dado contexto histórico; parece ser uma missão quase impossível. Mas esse é o grande desafio a que nós professores temos nos defrontado. Diante de uma situação totalmente nova,; embora reconheçamos a necessidade de redimensionar o ato de planejar o nosso trabalho e buscar novas bases para o ensino, nos encontramos despreparados para intencionalmente reconhecer o tipo de atividade a ser metodologicamente aplicada ao tipo de homem que queremos formar. E nessa “barafunda metodológica” nos apegamos a modelos de planejamentos organizacionais totalmente inadequados à realidade a ser aplicada. Nesse instante, nós professores necessitamos muito mais do que a intuição para proceder à reflexão de nossa prática; precisamos estar preocupados com os alunos e conscientes da nossa responsabilidade no processo de planejar. A par disso, teremos de nos colocar numa posição de pesquisadores para que possamos compreender a importância dos aspectos institucionais e organizacionais, uma vez que o local de trabalho, o ambiente geral da escola e as condições oferecidas são insuficientes para a compreensão das ideologias que permeiam o meio social. Estarmos preparados para nos posicionar diante das questões ou problemáticas que envolvem as práticas educativas, demanda esforços e muito conhecimento, GANDIN (1993 : 95) “num processo de planejamento em que a participação é fundamental... na necessidade de que as pessoas tenham condições – e tenham capacitação – para participar”. De fato as pessoas só fazem aquilo para o qual estão capacitadas. Mesmo porque a expectativa dos pais, alunos e comunidade muitas vezes são incompatíveis, sobretudo quando

se consideram as funções seletivas (avaliações) inerentes ao processo. O que pretendemos alertar com essas falas, é que devemos rever a formação dos profissionais quanto à prática de planejar numa perspectiva multidisciplinar, que por ser aparentemente fácil, é extremamente difícil de se concretizar se tivermos que levar em consideração a integração de conhecimentos a dimensões sócio-políticas e éticas; com exigência de certas habilidades e competências. As afirmações acima nos levam a concluir que no geral, a prática do Planejamento escolar não ocorre e se ocorre, é estática e sem movimento, esquecendo o tempo e a história dos envolvidos no processo. Dessa forma o Planejamento é concebido como um ato exclusivamente técnico ou “filosófico-político” sem uma preocupação, com os fenômenos sociais ideológicos, questionadores da realidade. Geralmente o ato de planejar tem sido utilizado de forma vertical e encarado como uma confirmação do poder dos “técnicos “ nos “Aparelhos do Estado” para justificar a ideologia de ampliação dos direitos sociais. Isso tem dificultado a prática de um planejamento eficiente e eficaz, que segundo GANDIN (1996:) “os dicionários não fazem diferenças suficiente entre eficiência e eficácia. O melhor é não se preocupar com palavras e verificar que o Planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamaremos isso de eficiência), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer, porque são socialmente desejáveis (chamaremos isso eficácia)”. Neste âmbito, deve está presente nas práticas cotidianas dos mais variados espaços sociais, inclusive na escola, de forma eficiente e eficaz, pronto a resgatar o papel social, valores filosóficos, sociológicos e psicopedagógicos que permeiam o cotidiano escolar, com intuito de se comprometer com os problemas da educação. Apesar das dificuldades que as escolas ainda enfrentam quanto ao ato de planejar, se faz necessária a retomada desse hábito cotidiano como forma de evitar muitos problemas, dentre eles, a perda de identidade do professor, o qual não deixa o registro de sua marca intencional, o que pode ocasionar conseqüências irreversíveis na aprendizagem do aluno. A mudança de hábito não é tarefa fácil, muitas vezes necessita de orientação, que passa por uma avaliação da própria concepção de planejar que extrapola a simples confecção de um documento e se concretize como um processo dinâmico de ação e reflexão. Nas escolas ainda está presente a prática de Planejamento como um modelo



pronto e acabado, em que muitas vezes o mesmo Planejamento é utilizado anos e anos sem que haja uma reflexão ou intencionalidade nos meios e fins, como afirma SANT'ANNA(1998:13) “nunca devemos pensar num Planejamento pronto, imutável, definitivo. Devemos antes acreditar que ele representa uma primeira aproximação de medidas adequadas a uma determinada realidade, tornando-se, através de sucessivos replanejamentos, cada vez mais apropriado para enfrentar a problemática desta realidade”. Imbuídos da intenção do replanear, estaremos dando o primeiro passo para uma prática pedagógica reflexiva capaz de provocar mudanças significativas no processo educativo.

### **SUGESTÕES PARA UM PLANEJAMENTO EFICIENTE E FICAZ**

Hoje mais do que nunca é necessária a presença do hábito de planejar nas escolas como forma de direcionar e organizar as decisões que atendam os interesses entre as diversas opiniões e expectativas. Essas devem se constituir como intercâmbio das relações que se travam entre escola e comunidade. Porém, a escola precisa estar preparada para tal problemática sócio-cultural, política e econômica do contexto onde está inserida. Para isso, deve haver integração de todos os setores da atividade humana, com vistas à solução de problemas comuns que como explicita GADOTTI (2000-50): “... Se constrói a partir da integração das forças de todos os sujeitos, segmentos ou grupos comunitários e sociais que, direta ou indiretamente, convivem e atuam na escola (Planejamento socializado)”. Engajados na concepção citada acima, o Planejamento se consolida em níveis progressivamente mais abrangentes, diferenciando-se das formas de planejar aleatórias, descontextualizadas e indicadas de cima para baixo. Estudiosos como Tomaz Tadeu da Silva, contestam a forma de pensar neoliberal de estabelecer critérios de Planejamento que se distancie dessas práticas que muitas vezes nada têm a ver com a realidade das escolas e geralmente são elaborados por especialistas, técnicos peritos em currículo, em formação de professores à distância, especialistas em tomadas de decisões com escassos recursos, competentes em redução de gastos públicos. Tendo em vista o exposto, as práticas pedagógicas precisam resgatar o processo de construção da identidade da escola e da profissionalização dos docentes, valorizando o

pensar, o sentir, as crenças e aspectos importantes para se compreender a ação do fazer, não apenas de sala de aula ou os que se limitam a executar currículos, mas aqueles em que todos contribuem na elaboração e os reinterpretam, redefinindo finalidades e metas. Porém, a finalidade e as metas do ato de planejar só serão alcançadas quando o processo de planejamento for concebido como uma prática que sublima a participação, democracia e a libertação. Por isso é uma tarefa vital que une vida e técnica para o bem estar social. Para isso, todos os envolvidos no processo devem está preparados a utilizar deferentes linguagens que devem se construídas numa variedade de enfoques multidimensionais, como por exemplo: jogos, atividades dramáticas, experiências científicas, desenhos, escultura, marcenaria, música, observação de formas geométricas, números, cálculos, seriações, textos coletivos, histórias contadas oralmente e escritas, de acordo com temática a ser trabalhada. Ao se trabalhar dessa forma, estaremos resgatando o fortalecimento da auto-estima, auto-conceito e autonomia, como características fundamentais que devem estar presentes nas práticas construção de saberes diários da escola.

### **REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO**

O ato de planejar, devido a sua capacidade de dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, tem sido encarado em âmbito nacional, estadual e municipal como forma de conduzir uma política de programas “falidos”, cuja intenção se restringe ao atendimento das necessidades imediatas dos interesses dos autores, provocando esvaziamento natural da função do planejamento. A perda da sua substância configura-se quando ato de planejar reduz-se a simples ação de orçamentar. A intenção primeira de reduzir gastos e cortar recursos aplicáveis à educação e a necessidade de organizar um orçamento para ser aprovado por quem é de direito, termina direcionando a educação à responsabilidade de profissionais que estão fora do setor educacional, cuja intenção é a conciliação da proposta inicial do projeto ao orçamento determinado. Reduzido à condição de mero orçamento, repassados os recursos, não causa espanto afirmarmos que o acompanhamento quanto à execução inexistente e a facilidade para o desvio de recursos prepondera. A preocupação primordial, que é a melhoria significativa do processo educacional

é deixada de lado. Nessa perspectiva recursos vêm e vão e as escolas continuam sucateadas, entregues ao esforço de quem ainda acredita que a educação escolar “ tem jeito sim”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da urgência de profundas reformas ocorridas no sistema escolar resultantes de uma série de propostas político-educacionais que valorizam a “Pedagogia da Qualidade Total” (que incita nas pessoas a necessidade de correr em busca de “algo perdido”) tornando-as presas fáceis do mercado educacional que aí se encontra; precisamos estar preparados para enfrentá-lo, sem ânsia de buscar atalhos ou idéia de economizar esforços. Quanto ao Planejamento, urge a conscientização de todos os envolvidos no processo, da necessidade de um maior empenho com vistas ao crescimento das potencialidades que visem um maior desempenho escola\comunidade. Para isso, a Pedagogia reflexiva precisa estar presente nas intenções dos que fazem esse processo, como prática fundamentada na interação e na transição entre atrações presentes, já vividas e futuras, para que os partícipes debruçem sobre as decisões tomadas, examine-as, relacione-as com outras e as analise à luz das suas próprias, na intenção de rever mais o conhecimento pela reflexão na e sobre a prática. Seria ilusório acreditar que os professores têm a maior parcela de culpa e que eles possam atingir as finalidades desejadas sozinhos, se fechando no plano específico dos saberes. O empenho de planejar numa prática seletiva, antes de tudo, abre as portas para que todos demandem uma verdadeira colaboração na busca do saber fazer, tendo os saberes da experiência como núcleo vital na produção de práticas que se constituirão como primordial para o desempenho das turmas. O ato de planejar precisa, antes de tudo ser legitimado como ação permanente dos sujeitos e para poder dá conta dessa missão tão importante, a escola precisa de profissionais capazes de interpretar os seus próprios papéis e ampliar a sua formação, colocando-a a serviço dos ideais de uma educação realmente democrática. Poderíamos agora, nos remeter ao primeiro questionamento formalizado como título do trabalho para afinal responder, planejar para quê? Planejar para que nossas ações sejam intencionais e não nos façam perder

tempo, que é fundamental nos dias atuais; para que o resultado de nossas ações não possam gerar conseqüências desastrosas e irreversíveis; para que ao final do processo os resultados possam ser festejados como finalidades desejadas; para que os envolvidos criem e recriem uma identidade pessoal e profissional por meio da reflexão prudente, para direcionar e organizar as decisões que atendam aos interesses das diversas opiniões dos envolvidos no processo, para que o saber não possa ser analisado como um sistema fechado, mas como um sistema aberto em relação a outros componentes do trabalho; para que possa promover mudanças substantivas nas práticas pedagógicas e uma ampla mudança estratégica na reforma curricular, inclusive a de gestão e por fim, ainda que não vislumbre uma inovação, o planejamento serve para abrir perspectivas a um fazer pedagógico que reconheça a situação envolvida, o destino e a relação entre os saberes plurais envolvidos nessa dimensão e assim, as sugestões do como planejar não se configurarão como receitas. Diante das complexas transformações da sociedade, das tecnologias que mudam o trabalho, a comunicação, a vida cotidiana e os pensamentos, geram-se desigualdades que se deslocam e se agravam, recriando a cada dia novos contextos sociais, impossibilitando qualquer atitude de defesa diante das complexas contradições. Por isso o bom senso nos leva a pensar que, se estão ocorrendo mudanças culturais contínuas na sociedade, a escola deve evoluir com elas. O ato de planejar como uma das ações realizadas nesse espaço precisa estar objetivada com a intenção de acordar os sujeitos para a realidade que os circunda, de viver na sociedade e na família sabendo o seu compromisso como cidadão.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Maria Inês (Org). Projeto Político Pedagógico: Para quê? In: **Coletânea Dois Pontos**. Sociedade de Ensino Pitágoras. Minas Gerais, nov/dez, 1997. p. 21 – 24.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pressupostos do Projeto**. 1995.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **A prática do planejamento participativo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KUENZER, Acácia. **Planejamento e educação no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática teórica/didática prática: para além do confronto**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Coord.) **Repensando a didática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.) **Projeto político da escola: uma construção possível**. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.

Núcleo Interinstitucional e Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Saberes, Escola e Formação.